

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**REFERÊNCIA AO ETP Nº: 02/2024**

**1. DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO**

**1.1.** Aquisição de Gêneros Alimentícios e Carnes para diversas secretarias do Município de Serra do Salitre/MG, por meio do procedimento auxiliar de Registro de Preços.

**1.2.** A aquisição do objeto será conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Ampla ou me/epp	Und	Qtd	Especificação	V. Unitário	V. Global
1	ME/EPP	Pc	65,00	açafração puro, de boa qualidade, obtido pela ligeira torração da raladura das raízes de açafração previamente lavadas, dessecadas e isentas de radical cianeto. o produto em pó deverá apresentar-se com coloração amarelo intenso, com odor característico, isent	R\$ 9,80	R\$ 637,00
2		Pc	130,00	achocolatado em pó - pct 1kg. informação nutricional: valor energético 75 kcal;carboidrato 17g; açucares15g; proteína 0,8g; gorduras totais 0,6 g; fibra alimentar 1,1g; sódio 23mg; cálcio 188 mg; ferro 2,6 mg; vitamina a 113 mg; vitamina b1 0,23mg; vitami	R\$ 12,03	R\$ 1.563,90
3		Pc	1380,00	açúcar tipo cristal em pacotes de 5 kg cada; validade mínima de 11 meses a contar da data de entrega. não deverá apresentar sujidades, parasitas, impurezas e detritos animais e vegetais.	R\$ 20,20	R\$ 27.876,00
4		Un	52,00	adocante dietetico 200 ml	R\$ 7,98	R\$ 409,76
5		Un	82,00	adoçante dietético líquido - 100% stévia. ingredientes: água, edulcorantes naturais glicosídeos de steviol, conservantes: benzoato de sódio e sorbato de potássio, acidulante: ácido cítrico. sem aspartame, sem ciclamato, sem sacarina, sem acesulfame-k. uni	R\$ 13,88	R\$ 1.138,16
6		Pc	150,00	amendoim cru descascado e selecionado - pct. 500g. informação nutricional: valor energético 93 kcal; carboidrato 3,0g; proteína 3,9g; gorduras totais 7,3g; gorduras saturadas 1,3g; fibra alimentar 04g. acondicionado em embalagem plástica com rótulo e ins	R\$ 6,00	R\$ 900,00
7		Pc	132,00	amendoim torrado. sem pele. cor bege característica. livre de sujidades e contaminações. acondicionado em embalagens plásticas com rótulo e selo de inspeção	R\$ 7,64	R\$ 1.008,48
8		Pc	66,00	amido de milho em pó. produto amiláceo, extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitos, não podendo apresentar-se úmido, fermentado ou rançoso. aspecto: pó fino, cor branca; odor e sabor própr	R\$ 4,19	R\$ 276,54
9		Kg	100,00	arroz integral, longo, fino, tipo i integral. o produto não deve apresentar mofo, substâncias nocivas, preparação final dietética inadequada (empapamento). embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno, transparente, atóx	R\$ 7,97	R\$ 797,00
10		Pc	1722,00	arroz polido - longo fino - seleção eletrônica - tipo 1 - pct. 05 kg informação nutricional: proteína 3,9g; fibra alimentar 1,0; cálcio 26mg; ferro 0,3 mg; carboidrato 38g; valor energético 171 kcal. com rendimento após o cozimento de no mínimo 2 vezes a m	R\$ 34,13	R\$ 58.771,86
11		Pc	116,00	aveia em flocos finos. rico em fibras e fonte de proteínas. aprovado pela sociedade brasileira de cardiologia. embalagem de 200g. informação nutricional: valorenenergético 104 kcal; carboidrato 17g; proteína 4,3; gorduras totais 2,2g; gorduras saturadas 0,5	R\$ 6,80	R\$ 788,80
12		Kg	500,00	bacon preparado com carne curada de suíno defumado, sem costela, quantidade máxima de gordura de 40%. acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, resistente hermeticamente fechado. kg	R\$ 29,70	R\$ 14.850,00

13	Pc	150,00	bala macia, produto preparado á base de açúcar fundido, submetido a amaciamentomecanico. embalagem plastica contendo 100 unidades. pacote com no mínimo 600gr	R\$ 8,75	R\$ 1.312,50
14	Pc	350,00	biscoito de polvilho doce, tamanho pequeno, assado ao ponto e crocante.	R\$ 5,78	R\$ 2.023,00
15	CX	1420,00	biscoito doce sem recheio sabor coco tipo rosquinha: caixa de 1,5 kg armazenadaem embalagem de polietileno transparente impermeável e lacrado. embalagem secundária em caixas de papelão. o biscoito deverá estar em perfeito estado de conservação, serão reje	R\$ 21,53	R\$ 30.572,60
16	Pc	1250,00	biscoito sortido familiar pacote 1,6 kg. embalagem palstica impermeavel contendo data de fabricação e validade	R\$ 19,00	R\$ 23.750,00
17	Un	1400,00	bolacha salgada ou biscoito salgado tipo cream cracker. o biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, serão rejeitados biscoitos malcozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de d	R\$ 4,35	R\$ 6.090,00
18	Kg	180,00	bombons com cobertura de chocolate e recheio de amendoim peso unitário aproximadamente 55 gramas cada. ingredientes: açúcar, gordura vegetal hidrogenada, massade cacau, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, soro de leite empó, amendoim, g	R\$ 44,97	R\$ 8.094,60
19	Un	3200,00	café em pó, torrido e moído, tipo: tradicional (nota qg >= 4,5 e <= 5,9); intensidade: intensa ou extra forte, empacotamento: pouch ou vácuo. embalagem 500gr.apresentação de selo de pureza e selo de qualidade, sendo a mínima aceitável, epara conseguir ess	R\$ 16,89	R\$ 54.048,00
20	CT	626,00	caldo de galinha, cartela c/24 tabletes de 19gr. emb. primária, livre de insetos, microrganismos ou outras impurezas que possam comprometer o armazenamento ou oconsumo humano. a porção (1,2 cubo) deve conter no máximo 1200 mg de sódio. validade não inferi	R\$ 16,41	R\$ 10.272,66
21	Pc	180,00	canjica de milho, amarela natural, sem casca, pacote com 500g, isenta de mofo, odores estranhos ou qualquer substância nociva, prazo mínimo de validade de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 5,52	R\$ 993,60
22	Pc	692,00	canjiquinha de milho, amarela, tipo i, tamanho médio, embalada em pacote plástico transparente resistente de 500 gramas. isenta de sujidades, grãos escuros, parasitas ou carunchos. prazo de validade: mínimo de 6 (seis) meses na da data da entrega.	R\$ 3,59	R\$ 2.484,28
23	Kg	1660,00	carne bovina moída magra de 1ª congelada. aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. devendo conter no máximo 10% de gordura deve ser isenta de	R\$ 29,53	R\$ 49.019,80
24	Kg	2328,00	carne bovina resfriada ou congelada, de primeira, tipo patinho ou coxao mole, sem osso, com registro no sif ous sisp. em pedaços. aspecto proprio, não amolecidaenem pegajosa, cor propria, sem manchas esverdeadas ou amareladas. cheiro e sabor prorprios, com	R\$ 30,74	R\$ 71.562,72
25	Kg	1970,00	carne de frango tipo coxa e sobrecoxa congelada. aspecto e cor proprios do produto, sem manchas esverdeadas, não amolecida e pegajosa. isenta de sujidades, parasitas e larvas. deve conter registro do sif ou sisp.	R\$ 11,14	R\$ 21.945,80
26	Kg	1450,00	carne suina tipo lombo, magra e semgordura aparente sem osso, fresca ou congelada, apresentando cor, sabor odor caracteristicos. isenta de veestigios de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradavel, parasitas, sujidades, larvas e qualquer su	R\$ 19,83	R\$ 28.753,50
27	Kg	1670,00	carne suina tipo pernil, magra e semgordura aparente sem osso, fresca ou congelada, apresentando cor, sabor odor caracteristicos. isenta de veestigios de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradavel, parasitas, sujidades, larvas e qualquer s	R\$ 16,30	R\$ 27.221,00
28	Un	900,00	chá mate, tostado, sabor natural, livre de sujidades, galhos e folhas, embalagem de 250g, caixa fechada.	R\$ 9,58	R\$ 8.622,00
29	Pc	272,00	coco seco ralado sem açúcar, parcialmente desidratado e desengordurado, acondicionado em embalagem plástica	R\$ 3,79	R\$ 1.030,88

			resistente em pacote de 100 gramas, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.		
30	Un	260,00	creme de leite - caixa 200g, embalagem tetrapack, tradicional, 20% de gordura. ingredientes - creme de leite, leite em pó, espessantes: goma guar, jataí e carragena, estabilizantes: citrato de sódio, trifosfato de sódio, monofosfato de sódio e difosfato d	R\$ 3,32	R\$ 863,20
31	LT	500,00	extrato de tomate concentrado, contendo polpa de tomate, sal e açúcar, sem pimenta, sem aditivos químicos. bom rendimento, de acordo com coloração e espessura do produto, não podendo ser "aguado". embalagem em lata com 850g precisamente, não podendo ser v	R\$ 14,34	R\$ 7.170,00
32	Kg	160,00	farinha de mandioca fina, torrada, branca ou amarelada, isenta de sujidades, mofo, livre de parasitas e de qualquer substância nociva, odores estranhos, prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. embalagem de 1 kg.	R\$ 5,60	R\$ 896,00
33	Kg	100,00	farinha de milho, amarela em flocos enriquecida com ferro e ácido fólico. embalagem plástica contendo 1 kg, livre de parasitas, odores estranhos, substâncias nocivas, prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.	R\$ 3,01	R\$ 301,00
34	Kg	520,00	farinha de trigo, enriquecida de ferro e ácido fólico, embalagem de 1 kg, isentode mofo, livre de parasitas e substâncias nocivas, odores estranhos, prazo mínimo de validade de 06 meses a partir da data da entrega.	R\$ 6,46	R\$ 3.359,20
35	Kg	1700,00	feijão carioca, tipo 1, novo, de boa qualidade, constituídos de grãos inteiros esãos, embalagem plástica de 1 kg, livre de parasitas (carunchos), odores estranhos, substâncias nocivas, pregos, paus, prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de	R\$ 8,55	R\$ 14.535,00
36	Kg	100,00	feijão preto, tipo 1, novo, de boa qualidade, constituídos de grãos inteiros e são, embalagem plástica de 1 kg, livre de parasitas (carunchos), odores estranhos, substâncias nocivas, pregos, paus, prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de	R\$ 8,35	R\$ 835,00
37	Pc	85,00	fermento biológico seco instantâneo 10g: características organolépticas: aspecto - próprio; cor - própria; cheiro - próprio; sabor - próprio embalagem com 10 g.	R\$ 1,49	R\$ 126,65
38	PT	85,00	fermento em pó químico, embalagem pote plástico de 250 g com tampa medidora. características organolépticas: aspecto - próprio; cor - própria; cheiro - próprio;sabor - próprio. o produto deverá estar em conformidade com as leis específicasvigentes, valida	R\$ 6,63	R\$ 563,55
39	Kg	500,00	fígado; bovino em bife; resfriado; com aspecto próprio, firme, não pegajoso; isento de manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprio; de acordo com a nta 3; acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R\$ 14,89	R\$ 7.445,00
40	Kg	50,00	file de peixe tilapia - ile de peixe (tilapia) embalagem de 1kg em corte v, sempele e sem espinhas. acondicionada em embalagem plastica, atoxica, resistente, transparente, e lacrada, em pacotes de 1kg. com rotulo contendo a identificacao da empresa, reg -	R\$ 45,00	R\$ 2.250,00
41	Kg	500,00	filezinho de frango limpo, congelado, sem pele, sem banha, sem tempero. o transporte deverá ser realizado em veículo de carroceria fechada, isotérmica e no momento da entrega a carne deverá apresentar temperatura mínima de 4°C. embalados emembalagens plás	R\$ 20,05	R\$ 10.025,00
42	Kg	720,00	frango inteiro - congelado, sem adição de temperos, com aspecto, cor, odor, sabor característicos e sem sinal de descongelamento, manipulado em condições higiênicas adequada. animais sadios e abatidos sob inspeção veterinária. deve estar limpo, embalagem	R\$ 9,60	R\$ 6.912,00
43	Pc	400,00	fuba de milho, fino, amarelo, tipo 1 pacote de 1 kg	R\$ 3,67	R\$ 1.468,00
44	Un	950,00	gelatina, de sabores variados, contendo no mínimo 35 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. embalagem de 35gr.	R\$ 1,80	R\$ 1.710,00
45	Pc	115,00	goiabada 500g - goiabada em massa ou pasta homogênea e de consistência que possibilite o corte. obtido das partes comestíveis desintegradas da goiabagoiabada 500g - goiabada	R\$ 6,00	R\$ 690,00

			em massa ou pasta homogênea e de consistência que possibilite o corte. obtido das		
46	Un	160,00	leite condensado 200g acondicionado em embalagem tetra pak de 395 gr. ingredientes: leite integral, açúcar e lactose. não contém glúten. embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade.	R\$ 5,78	R\$ 924,80
47	FR	92,00	leite de coco tipo homogenizado e pasteurizado, frasco com 500 ml, natural, pasteurizado e homogeneizado, sem glúten. acondicionado em embalagem de 500 ml. deverá ser indicada a marca	R\$ 7,80	R\$ 717,60
48	L	2124,00	leite uht integral longa vida. embalagem tetra pak contendo 1 litro do produto. prazo de validade: até 6 meses. deverá constar o registro no ministério da agricultura. data de fabricação: máximo 30 dias..	R\$ 6,98	R\$ 14.825,52
49	Kg	1624,00	linguiça calabresa, especial, defumada, embalagem a vácuo em filme pvc transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministé	R\$ 17,08	R\$ 27.737,92
50	Kg	1000,00	lingüiça de frango- lingüiça de carne de frango. pequena quantidade de gordura aparente deve ser entregue resfriada e apresentar cor e odor característicos. embalagem hermeticamente fechada de 1kg e 5 kg. deve apresentar sif. validade mínima de 30 dias.	R\$ 16,90	R\$ 16.900,00
51	Kg	500,00	linguiça mista toscana. resfriada ou congelada, com cor e odor característicos. embalagem transparente, devidamente fechada, sem violação de conter sif.	R\$ 17,90	R\$ 8.950,00
52	Kg	500,00	macarrão espaguete , embalagem com 1kg, com massa de sêmola ou ovos, com prazo de validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	R\$ 5,80	R\$ 2.900,00
53	Pc	503,00	macarrão parafuso, embalagem com 500g, com massa de sêmola ou ovos, com prazo de validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	R\$ 4,78	R\$ 2.404,34
54	Pc	530,00	macarrão picado, embalagem com 500g, com massa de s- emola ou ovos, com praza de vilidade minima de 6 meses a partir da data entrega	R\$ 3,70	R\$ 1.961,00
55	PT	94,00	maionese tradicional 500 gr cremosa. composta de água, óleo vegetal, amido modificado, ovos pasteurizados, açúcar, vinagre, sal, suco de limão, conservador sorbato de potássio, estabilizantes: goma guar e goma xantana, acidulantes: ácido láctico e ácido cí	R\$ 9,70	R\$ 911,80
56	PT	500,00	manteiga pura com sal, embalagem com no mínimo 500g, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. o produto deverá ter registro no ministério da saúde e/ou agricultura.	R\$ 20,68	R\$ 10.340,00
57	PT	1220,00	margarina vegetal 500gr- cremosa com sal, industrializada; obtida de produtos isentos de sujidades e seus ingredientes de preparo em perfeito estado de conservação; homogênea; cheiro e sabor característico. % e lipídeos mínima de 65 %. embalagem plástica	R\$ 8,18	R\$ 9.979,60
58	Pc	120,00	massa lasanha fresca interfolhada - 500g	R\$ 8,40	R\$ 1.008,00
59	Pc	200,00	milho de pipoca, primeira linha, isenta de sujidades e outras contaminações. embalagem plastica contendo 500g	R\$ 5,10	R\$ 1.020,00
60	LT	370,00	milho verde - milho verde em conserva, simples, grãos inteiros, imerso em líquido translúcido, tamanho e coloração uniformes, livres de impurezas. sendo considerado o peso líquido o peso drenado. embalagem com 200g.	R\$ 3,71	R\$ 1.372,70
61	LT	2530,00	óleo vegetal comestível - óleo vegetal comestível tipo qualidade: tipo 1 , espécie vegetal: soja , tipo: puro	R\$ 6,95	R\$ 17.583,50
62	Pc	480,00	pão - pão tipo embalagem: embalagem individual , base: de farinha de trigo refinada , tipo adicional: tradicional , tipo: de forma , apresentação: fatiado. embalagem de no mínimo 500gr.	R\$ 8,88	R\$ 4.262,40
63	Kg	290,00	polvilho azedo, embalagem com 1 kg de papel, contendo data de fabricação e validade, validade mínima de 10 meses a contar da entrega	R\$ 9,25	R\$ 2.682,50
64	Kg	580,00	polvilho doce, embalagem com 1 kg de papel, contendo data de fabricação e validade, validade mínima de 10 meses a contar da entrega	R\$ 9,57	R\$ 5.550,60

65		Kg	320,00	sal iodado, para consumo doméstico, embalagem, contendo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	R\$ 2,17	R\$ 694,40
66		GF	160,00	suco concentrado natural de maracujá, embalagem plástica contendo 500 ml, atendendo a legislação vigente.	R\$ 7,67	R\$ 1.227,20
67		GF	660,00	suco garrafa 500 ml; concentrado natural, sabor caju preparado líquido para refresco, aroma natural da fruta, suco concentrado da fruta, acidulante ácido cítrico, sem conservantes, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isento de parasitas, sujidades e l	R\$ 3,50	R\$ 2.310,00
68		Kg	160,00	tempero de alho e sal, embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. aprovado pelo órgão vigente.	R\$ 9,08	R\$ 1.452,80
69		Un	120,00	vinagre - vinagre aspecto físico: líquido, aspecto visual: límpido e sem depósitos, acidez: 4,20 per, matéria-prima: maçã, tipo: aromático. embalagem mínima de 750ml.	R\$ 5,99	R\$ 718,80

**1.3.** O custo estimado total da aquisição é de R\$654.399,52 (Seiscentos e Cinquenta e Quatro Mil Trezentos e Noventa e Nove Reais e Cinquenta e Dois Centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

**1.4.** O valor informado nesse termo pode diferir do valor informado no Termo de Abertura do Processo de Licitação devido ao arredondamento de casas decimais.

**1.5.** O objeto desse termo de referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão.

**1.6.** Na elaboração da proposta de preço deverão ser observados os preços de referência dos itens, constantes deste Termo de Referência, extraídos de pesquisa de preços de mercado (apurados pela Secretaria), não devendo os preços ofertados ultrapassarem tais valores, que são tidos como preços máximos.

**1.7.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços ou contrato administrativo, podendo ser prorrogado, conforme lei 14.133/2021.

**1.8.** Os itens de 1 a 69 serão destinados exclusivamente à participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, visando dar fomento ao que determina a LC 123/06 e Decreto Municipal nº 09/2013.

**1.9.** Os produtos a serem adquiridos deverão ser de 1º qualidade e com prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses, a contar da data de entrega para os alimentos não perecíveis.

**1.10.** Os produtos apresentados deverão ser de 1º qualidade, levando em apreço os detalhamentos e especificações apresentadas neste termo e os quesitos de mercado e legais sobre os objetos a serem adquiridos, devendo ser isentos de sujidade, insetos parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações.

**1.11.** Em razão da utilização de itens padronizados pelo sistema de GESTÃO PUBLICENTER, a transferência de suas especificações a este arquivo podem ter ocasionado cortes nas especificações dos itens, motivo pelo qual sugerimos que o ARQUIVO 6 – MAPA DE ESPECIFICACOES COMPLETAS seja devidamente analisado, pois contém toda a descrição dos itens.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** Para atender às demandas dos órgãos do Executivo Municipal, é essencial fornecer materiais de gêneros alimentícios aos diversos setores administrativos e secretarias municipais. Esses itens são vitais tanto para o consumo dos servidores municipais quanto para os beneficiários do serviço público e outros munícipes.

**2.2.** Foi apresentada a Demanda de Formalização de PCA nº 3/2024, justificando a necessidade de um novo procedimento licitatório. Esse novo processo deve incluir novos itens planilhados de interesse da Administração Pública e revisar os preços ofertados, devido à volatilidade e sensibilidade desses valores à economia regional/local.

**2.3.** O novo procedimento licitatório deve identificar claramente os itens necessários para a Administração Pública Municipal. O objetivo é garantir uma contratação eficaz que minimize os custos públicos, considerando a variedade de itens utilizados diariamente pelos diversos setores da administração.

**2.4.** Nos últimos meses, houve um aumento significativo na demanda, o que torna necessária a avaliação e reorganização através de um novo certame público.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** Com base na eventual licitação realizada por meio deste procedimento, estimamos que toda a demanda atual do Município referente às aquisições de gêneros será prontamente atendida por meio de um novo certame.

**3.2.** Desta forma em questão, o procedimento proporcionará imediato atendimento às demandas municipais, que são usuais e essenciais ao interesse público, a qual buscamos chegar em um consenso para que não ocorra desabastecimento dos diversos setores administrativos que cotidianamente utilizam gêneros alimentícios em prol

da alimentação e consumo dos servidores públicos, mas também de beneficiários do sistema público de atendimento municipal.

**3.3.** O procedimento possui características vantajosas para a Administração Municipal, não obrigando a Administração a promover às aquisições no total, contudo, condiciona o licitante vencedor ao compromisso de manter a proposta por determinado lapso temporal, salvo ocorrência de fatos supervenientes e comprovadas alterações dos custos dos insumos. Além, da possibilidade de maior economia de escala, uma vez que as diversas Secretarias Municipais podem participar do mesmo processo, adquirindo os materiais no prazo de até 12 (doze) meses.

**3.4.** Contudo, a Ata de Registro de Preço de acordo com o art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ter validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, o que viabiliza um atendimento mínimo de 12 (Doze meses), podendo, desde que haja fundamentação, sua prorrogação por prazo igual, atendendo em tempo superior a demanda municipal.

**3.5.** Cabe ressaltar que a escolha realizada é legal, indo ao encontro com princípios norteadores da Administração Pública como é o caso do princípio de economicidade, interesse público, transparência e principalmente a impessoalidade realizada por meio de certames públicos, o qual buscamos a concretização de resultados com o menor custo possível para o Município.

**3.6.** A implementação desta solução permitirá ao município atender de forma eficiente e contínua as suas necessidades de gêneros alimentícios, garantindo o bem-estar dos servidores públicos e beneficiários do sistema público de atendimento municipal, além de promover a economia e a eficiência administrativa.

**3.7.** Por fim, a realização de um certame público por meio do método auxiliar de registro de preços proporcionará uma economia de escala e maior controle do fluxo de compras públicas destes itens, haja vista que conta-se no Município diversas áreas atendidas por tal objeto e são diariamente consumidos e utilizados em prol sejam de pacientes da área de saúde, sejam em prol de servidores públicos do Município.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**4.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**4.2.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos ofertados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**4.3.** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**4.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**4.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**4.6.** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**4.7.** a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**4.8.** responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**4.9.** notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**4.10.** Comunicar ao Contratado posterior alteração do projeto pelo Contratante na hipótese do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes em futuro Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

**5.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

**5.3.** Responsabilizar-se pela guarda e conservação dos originais, quando do envio dos mesmos para execução dos serviços e devolve-los nas mesmas condições que os recebeu,

**5.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**5.5.** A Contratada se responsabilizará por quaisquer despesas decorrentes do transporte dos produtos;

**5.6.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por

afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**5.7.** Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

**5.8.** Atender prontamente todas as solicitações do Contratante previstas no Edital e seus anexos.

**5.9.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto ao fornecimento dos produtos contratados.

**5.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos.

**5.11.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**5.12.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**5.13.** Toda entrega deverá ser feita somente mediante solicitação da Contratante, sob pena de devolução da mercadoria entregue. Os produtos rejeitados deverão ser substituídos no prazo máximo de até 5 (cinco) dias.

**5.14.** Não serão aceitos produtos em desconformidade com o objeto contratado.

**5.15.** Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

**5.16.** Acatar todas as orientações do Município, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

**5.17.** As entregas dos materiais deverão ser efetuadas nos locais conforme solicitação com o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

**5.18.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**5.19.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**5.20.** Indicar preposto para representá-la durante a vigência da ata de registro de preço;

**5.21.** Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

**5.22.** Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem do Município;

**5.23.** Se atentar aos prazos de atendimento da demanda, sejam eles de entregas em até 3 (Três) dias, sejam eles de entregas diárias.

**5.24.** Os itens de carnes e seus derivados deverão em alguns casos ser apresentados moídos ou em pedaços, o que deverá ser atendido em cada caso, conforme previsto em tabela de itens.

**5.25.** Apresentar produtos com validade mínima de 6 (seis) meses a partir da entrega.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**6.1. SUSTENTABILIDADE:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

**6.2. SUBCONTRATAÇÃO:** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

**6.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO** Não haverá exigência de garantia contratual para a aquisição dos produtos, uma vez que não se trata de licitação de grande vulto.

**6.4. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.

## **7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**7.1.** A empresa contratada deverá atender aos requisitos exigidos no Edital/Termo de referência nos itens que lhe compete, tendo como obrigações principais, que o item ofertado atenda todas as exigências de especificação, critérios de sustentabilidade, atendendo as normativas, que couber.

**7.2.** A entrega dos produtos deverá ser feita semanalmente, conforme a necessidade das Secretarias Municipais solicitantes, após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela CONTRATANTE, que será encaminhada pelo e-mail da licitante vencedora.

**7.3.** As entregas dos produtos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças deverão ser realizadas no Almoxarifado Central, localizado à Praça Dr Jose Wanderley, n. 171, Centro, Serra do Salitre/MG, no horário de

08h às 16h, ou em outro local a ser indicado pela secretaria solicitante.

**7.4.** As entregas dos produtos da Secretaria Municipal de Assistência Social deverão ser realizadas no Almoxarifado Central, localizado à Av. João Mariano, n. 1566, Santo Antônio – Serra do Salitre/MG, no horário de 08h às 16h, ou em outro local a ser indicado pela secretaria solicitante.

**7.5.** As entregas dos produtos da Secretaria Municipal de Saúde deverão ser realizadas nos locais informados pela Secretaria, o que poderá variar caso a caso e onde está situado o local de atendimento, no horário de 08h às 16h, ou em outro local a ser indicado pela secretaria solicitante.

**7.6.** A entrega dos produtos/materiais deverá ser efetuada semanalmente, conforme a necessidade das Secretarias Municipais solicitantes, a contar do recebimento da solicitação. Os produtos deverão ser entregues acompanhados de documento fiscal, com as mesmas condições indicadas na proposta de preço vencedora do certame, forma de acondicionamento, aparência, peso, volume, tamanho, composição, garantia, quantidade e qualidade, respeitando rigorosamente as especificações do Termo de Referência e do edital.

**7.7.** Em caso de não entrega dos produtos, estará caracterizada a não aceitação, por parte da empresa vencedora. Nesta hipótese, é facultado ao Município aplicar as sanções previstas em Lei, bem como convocar os licitantes remanescentes, com observância da ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, inclusive preços

**7.8.** Ficará sob a responsabilidade do fornecedor a entrega e o descarregamento dos produtos, devendo o mesmo providenciar mão de obra para a entrega/execução dos mesmos. Ficando vedado ao vencedor entregar quantidade e qualidade diversas ao que foi solicitado.

**7.9.** Ficam os licitantes vencedores obrigados a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da aquisição em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções. Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas, apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los no prazo de 24hrs (vinte e quatro horas), contados da data de recebimento da notificação escrita, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução, sendo que a CONTRATADA deverá assumir os custos de devolução/frete desses produtos

**7.10.** Os gêneros alimentícios deverão ser entregues nos seguintes prazos e condições abaixo conforme solicitação das requisitantes em prazo não superior a 05 (cinco) dias, mediante Nota de Empenho, podendo sofrer alteração a critério da administração em casos de urgência ou emergência, o qual deverá haver atendimento em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas.

**7.11.** Informamos que os endereços poderão sofrer alteração conforme conveniência da Administração Municipal.

**7.12.** Caso o item estiver fora das especificações será devolvido, mediante Termo de Recusa, sendo que a contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da expedição do termo, para providenciar a troca.

**7.13.** Não serão aceitos produtos em desconformidade com o objeto contratado.

**7.14.** O produto e a marca apresentada para análise, deverá prevalecer até o final do fornecimento, salvo hipóteses previstas na lei.

**7.15.** Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

**7.16.** Do recebimento dos materiais: correrão por conta da contratada todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes a entrega dos produtos;

## **8. GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

**8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**8.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**8.6.** O controle da execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



**8.7.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, na valoração e gestão nos termos do contrato.

**8.8.** Para esta contratação a gestão será exercida por servidores a serem designados por portaria para exercerem a função de Fiscal de Contrato, sob a Lei Federal nº 14.133/2021.

## **9. CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **9.1. Do Recebimento**

9.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 45 dias úteis.

9.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **9.2. Do Reajuste e do Reequilíbrio**

**9.2.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

**9.2.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante.

**9.2.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.2.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**9.2.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**9.2.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**9.2.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**9.2.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**9.2.9.** O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Cabe a contratada apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio, seguindo sempre o que determina a Lei, bem como:

**As alterações de preços em ata decorrentes de SRP obedecerão às seguintes regras, conforme previsão do art. 124 da Lei 14.133/21:**

**9.2.9.1.** O preço registrado na ata não poderá ultrapassar o praticado no mercado.

**9.2.9.2.** O Órgão Gerenciador poderá aumentar o preço inicialmente registrado na ata, caso haja pedido do fornecedor e devendo obedecer ao que se segue:

- a) ao deferir o pedido a que dispõe o item 9.2.9.2, deve, preferencialmente, manter a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;
- b) o Órgão Gerenciador deve considerar o valor solicitado pelo fornecedor como o máximo que pode ser alcançado nesta revisão;
- c) o Órgão Gerenciador poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo fornecedor;
- d) o indeferimento do pedido de revisão a que dispõe o inciso II, não desobriga o fornecedor do compromisso assumido nem o libera de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

§ 1º A exceção à regra prevista no inciso 9.2.9.2, alínea "a", deverá ser devidamente justificada no processo administrativo.

§ 2º O fornecedor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado venham a se tornar superior ao registrado.

§ 3º Os preços registrados poderão ser pelo Órgão Gerenciador em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.

§ 4º Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador poderá proceder à revogação do item, ou do lote, ou de toda a ARP, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

§ 5º Os preços registrados serão publicados, trimestralmente, no Diário Oficial do Município, pelo Órgão Gerenciador ou por quem ele delegar competência.

**9.2.9.3.** Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

**9.2.9.4.** O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

**9.2.9.5.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**9.2.9.6.** Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

### **9.3. Liquidação**

**9.3.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**9.3.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.3.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.3.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa,

esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**9.3.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de certidões negativas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**9.3.6.** A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**9.3.7.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**9.3.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.3.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**9.3.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município.

#### **9.4. Prazo de pagamento e forma de pagamento**

**9.4.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**9.4.2.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**9.4.3.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.4.4.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

#### **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**10.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO** e sob o método auxiliar de Registro de Preços na forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**10.2.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,10 (Dez Centavos)**.

**10.3.** A empresa deverá comprovar suas Condições de **PROPOSTA** e **HABILITAÇÃO**, devendo estar enquadrada em região próxima ao Município de Serra do Salitre/MG, visto tratar-se de objeto de pequena monta e Decreto Municipal nº 09/2018 determina que em licitações que versarem sobre preços abaixo de R\$80.000,00 (Oitenta Mil Reais) deverá ser realizado com preferências à contratações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se situem na região do Triângulo Mineiro e/ou Alto Paranaíba, assim, deverão apresentar ainda os documentos abaixo:

**10.4.** Para fins de **PROPOSTA INICIAL** deverão apresentar:

**10.4.1.** A empresa vencedora deverá apresentar **PROSPECTO**<sup>1</sup>, ficha técnica ou outros documentos com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do(s) objeto(s) dos itens **2, 3, 9, 10, 19, 35, 36**.

---

<sup>1</sup> O prospecto ou outro documento similar para apresentação e detalhamento dos itens se faz necessário tendo em vista que são materiais de pronto uso e que ultimamente tem trazido consumo alto e necessitam de uma análise quanto às características que remontam sua qualidade.

Assim, a apresentação de prospecto ou outro documento similar se faz cabível para realizar uma análise aprofundada dos itens, quanto às suas características técnicas, nutricionais, bem como qualidade dos produtos apresentados.

**10.4.2.** Os prospectos e/ou fichas técnicas deverão ser entregues após a etapa de lances, ou seja, devem ser pensados às propostas apresentadas, sendo sua não apresentação motivo para desclassificação da proposta.

**10.4.3.** Deverá ser desclassificada a proposta cuja(s) fichas técnica/prospecto(s) esteja(ão) em desacordo com as exigências deste termo e da legislação aplicável ou que porventura apresentem inverdades acerca dos produtos apresentados e ofertados.

**10.4.4.** A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.

**10.5.** Para fins de **HABILITAÇÃO**, o licitante deverá comprovar os requisitos (jurídicos, técnicos, fiscal, social, trabalhistas, econômico-financeiro), sendo:

#### **10.5.1. Habilitação jurídica**

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações, será admitido o estatuto ou o contrato consolidado.

b) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

d) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

e) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **10.5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital/Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **10.5.3. Qualificação Econômica Financeira**

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida pelo Poder Judiciário da sede da licitante ou órgão equivalente, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão.

#### **10.5.4. Qualificação Técnica**

a) Apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa jurídica de direito público e ou pessoa jurídica de direito privado, visando a comprovação de execução de objeto similar ao demandado em período anterior e de forma satisfatória.

b) Para os itens **23, 24, 25, 26, 27, 39, 40, 41, 42, 49, 50, 51** deverão ser apresentados Alvará Sanitário do local de preparação/montagem das CARNES E DERIVADOS, em conformidade com a Lei 7.889/89 ou, Cópia do registro junto ao INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA – IMA ou junto ao SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL – SIF, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento<sup>2</sup>;

c) Para os itens **23, 24, 25, 26, 27, 39, 40, 41, 42, 49, 50, 51** deverão ser apresentados pelo FORNECEDOR deverão apresentar registro de rótulo de produtos de origem animal devidamente aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA/SIF/DIPOA), registro do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) ou SIM (Serviço de Inspeção Municipal) ou outro órgão correspondente.

### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As dotações orçamentárias para custear as despesas decorrentes com as aquisições do objeto desta licitação serão informadas na formalização de documentos hábeis ou contrato administrativo.

### **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**12.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**12.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**12.1.3.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.1.4.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.5.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**12.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.7.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**12.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**12.1.9.** Fraudar a licitação

**12.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.10.1.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**12.1.10.2.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**12.1.10.3.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**12.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**12.2.1.** advertência;

**12.2.2.** multa;

---

<sup>2</sup> A exigência referida neste item se faz pertinente como método para apreciar e garantir a capacitação técnica das licitantes e da qualidade dos produtos licitados, sendo documentos hábeis à comprovação, pois há prévia averiguação e fiscalização pelos órgãos fiscalizadores como meio de obtenção dos documentos.

Convêm apresentar que tal quesito não configura irregularidade, tendo sido amplamente debatida pelo TCE/MG em algumas oportunidades, a qual deixamos colacionado a Denúncia n. 959092, julgada pelo 1º Câmara em 02/05/2017, tratando sobre o tema.

**12.2.3.** impedimento de licitar e contratar e

**12.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

**12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto

**12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública

**12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**12.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**12.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**12.15.** Os critérios e percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.

### **13. DOS CASOS OMISSOS**

**13.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **14. FORO**

**14.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Patrocínio/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação.

### **15. DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO**

**15.1.** Integra esta demanda formalizada por meio do Termo de Referência a Secretaria Municipal de Administração e Finanças; Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde.

Serra do Salitre/MG, 31 de Maio de 2024

**Amanda Alves da Rocha**  
**Setor de Compras**

## **APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA REFERENTE AO ETP Nº 02/2024**

**OBJETO:** Aquisição de Gêneros Alimentícios e carnes para diversas secretarias do Município de Serra do Salitre/MG, por meio do procedimento auxiliar de Registro de Preços.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser adquirido, **APROVAMOS** o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital a ser elaborado pelo Setor de Licitações.

Serra do Salitre/MG, 31 de Maio de 2024

Istenia Aparecida Alves  
**Secretária Municipal de Assistência Social**

Eduardo Antonio da Silva Neto  
**Secretária Municipal de Administração e Finanças**

Andreia Fernandes da Silva Borges  
**Secretária Municipal de Saúde**



## ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO GERAL

<b>RAZÃO SOCIAL E CNPJ</b>	
<b>ENDEREÇO</b>	
<b>TELEFONE</b>	
<b>E-MAIL</b>	
<b>DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL</b>	

A empresa acima subscreve a presente, DECLARA, POR ESTE E NA MELHOR FORMA DE DIREITO, QUE:

1 - CONHECE E CONCORDA com os termos do Edital e dos respectivos anexos. DECLARA que, estão incluídos na proposta todos os custos diretos e indiretos. DECLARA ainda, que acatará integralmente quaisquer decisões que venham a ser tomadas pelo Agente de Contratação e Equipe de Contratação ou pela Administração, quanto a habilitação, classificação e adjudicação, ressalvados os direitos legais de recursos permitidos à licitante.

2 - NÃO EXISTE NENHUM IMPEDIMENTO SUPERVENIENTE no que diz respeito à habilitação/participação para a presente licitação, por não ter ou estar sofrendo nenhuma penalidade no âmbito da Administração Federal, Estadual ou Municipal, centralizada e autárquica, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

3 - NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA NEM SUSPENSA do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

4 - Que por este e na melhor forma de direito, que ASSUMIMOS O COMPROMISSO de executar o objeto do referido Processo Licitatório, de acordo com as especificações contidas no Edital, assim como atendendo as Normas Técnicas e Legislações vigentes cabíveis.

5 - QUE ASSUMIMOS O COMPROMISSO de manter os preços conforme condição expressa em nossa Proposta de Preços, incluindo nestes preços todos os custos diretos, indiretos e benefícios necessários à perfeita execução do objeto do Edital em questão, tais como: Materiais, equipamentos, mão de obra, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, lucros, depreciações e quaisquer outras despesas acessórias e necessárias não especificadas no Edital, relativas ao objeto desta licitação.

6 - Por este e na melhor forma de direito, que NÃO POSSUÍMOS em nosso quadro societário servidor público da ativa, e empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista e por fim nenhum tipo de impedimento para celebrar contrato com a prefeitura municipal de Serra do Salitre/MG, ou com qualquer entidade da administração pública, ficando em caso positivo, ressalvado à Comissão Permanente de Licitações o direito de analisar os fatos para eventual impugnação, observados os termos do Edital e dos respectivos documentos e anexos da licitação.

7 - Por fim, DECLARAMOS para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal que NÃO EMPREGAMOS MENOR de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, ( ) salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos de idade.

Local ... / Data ....

---

**Nome e Assinatura do Profissional  
Representante Legal da Empresa**

**ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA  
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

<b>RAZÃO SOCIAL E CNPJ</b>	
<b>ENDEREÇO</b>	
<b>TELEFONE</b>	
<b>E-MAIL</b>	
<b>DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL</b>	

A empresa acima descrita **DECLARA**, para fins de participação na Licitação acima, sob as penas da lei, que é considerada:

- ( ) Microempresa, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;
- ( ) Empresa de pequeno porte, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

Caso seja declarada vencedora do certame, promoveremos a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal.

Local ... / Data ....

---

**Nome e Assinatura do Profissional  
Representante Legal da Empresa**